

**CEM ANOS:  
LIVRO ESCOLAR DE HISTÓRIA DO BRASIL (1808-1908)**

**ONE-HUNDRED YEARS: THE BRAZILIAN HISTORY SCHOOLBOOK  
(1808-1908)**

*Maria Inês Sucupira Stamatto<sup>1</sup>*

---

**RESUMO:** Neste artigo entende-se *livro escolar* no sentido do livro que aporta conhecimento, no caso, de natureza histórica, destinado ao público infanto-juvenil e utilizado em situação de ensino. Este estudo caracteriza-se por ser um recorte temático de um projeto de pesquisa sobre *O Livro Escolar no Brasil, realizada na licença capacitação docente/UFRN, em 2018*. Buscou-se identificar as transformações deste material entre 1808 e 1908, assinalando mudanças que podem ser indícios de um novo conteúdo histórico ou da introdução de inovações no formato do ensino- aprendizagem, ou ainda de configurações diferentes do projeto gráfico-editorial, imbricadas no processo de constituição do livro escolar. Na pesquisa, como fontes históricas, foram analisados livros impressos publicados na época, que continham a História do Brasil para as *crianças e a mocidade* vislumbrando-se o que alunos e professores dispunham para ensinar e aprender o Brasil. Perceberam-se modificações lentas ao longo desses anos, mas que já demonstravam a introdução de novas formas de se ensinar história, de se pensar a educação e de se elaborar manuais de História do Brasil.

**Palavras-chave:** Livro Escolar. História do Brasil. Ensino de história.

---

**ABSTRACT:** On this paper, schoolbook is understood with the meaning of the book that brings knowledge, in this case, of historical nature, destined to the children and young adult public and utilized on teaching situation. This study is characterized as being a thematic cropping of a research project "*O Livro escolar no Brasil*", conducted during 2018 UFRN professor training leave. The work aimed to identify the transformations of this material between 1808 and 1908, pointing out changes that may be indications of a new historical content or the introduction of innovation on the teaching-learning format or, yet, different configurations of the graphic-editorial project imbued on the process of schoolbook constitution. The research analyzed as historical sources printed books published on the period that contained Brazilian History for "*crianças e a mocidade*" (children and the youth) visualizing what students and teachers had available to learn and teach Brazil. Slow modifications were noted through those years, yet they already showed new

---

<sup>1</sup> Prof.<sup>a</sup> Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRN. Email: [stamattoines@gmail.com](mailto:stamattoines@gmail.com).

ways of teaching history, of thinking education, and of elaborating Brazilian History manuals.

**Keywords:** Schoolbook. Brazilian history. History teaching.

## Introdução

Este estudo caracteriza-se por ser um recorte temático da pesquisa *O Livro Escolar no Brasil*<sup>2</sup>, focando as transformações gráficas e de caráter histórico/ pedagógico nos livros escolares brasileiros, entre 1808 e 1908. Entende-se *livro escolar* no sentido do livro que aporta conhecimento, no caso, de natureza histórica, destinado ao público infanto-juvenil e utilizado em situação de ensino.

Parte-se do pressuposto de que os manuais escolares possibilitam perceber mudanças e permanências dos saberes históricos escolarizados; expressam os conteúdos, métodos e teorias da história/da pedagogia em circulação e adotados na rede escolar. Como fonte histórica para a investigação foi escolhido o Livro Escolar Impresso, priorizando-se a análise deste material para obtenção de resultados. Dessa forma, não se teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica ou levantar uma discussão sobre o estado da arte do livro didático no Brasil. Foram analisados livros publicados na época, que continham a História do Brasil para as *creanças* e *a mocidade* vislumbrando-se o que alunos e professores dispunham para ensinar e aprender o Brasil.

A pesquisa foi realizada, inicialmente, no Acervo Histórico do Livro Escolar - AHLE sediado na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato<sup>3</sup> do Município de São Paulo, contando com 5 mil volumes,

---

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa intitulado "O Livro Escolar no Brasil: as transformações teórico-metodológicas no período de 1870 a 1930" fez parte do plano de capacitação docente/UFRN em 2018 (setembro a dezembro). A princípio foi prevista para a coleta de fontes a Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato em São Paulo, porém, no início da pesquisa, tanto o período foi estendido para o começo do século XIX, como se estendeu a investigação para as Bibliotecas Mário de Andrade, em São Paulo, e a Pública de Curitiba.

<sup>3</sup> Meus agradecimentos especiais ao Coordenador do Acervo Histórico do Livro Escolar da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato Antônio Carlos D'Angel e a Rizio Bruno Sant'Ana, bibliotecário da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade, da Prefeitura de São Paulo, pelo atendimento eficiente possibilitando a realização da pesquisa. Agradeço também aos demais funcionários das bibliotecas citadas bem com os da Biblioteca Pública de Curitiba, sem os quais a coleta de informações não teria sido realizada.

Composto por cartilhas, manuais escolares de todas as matérias de ensino, antologias literárias e livros de referência de uso escolar, entre outros, do século XIX até a década de 1980 e abrange os cursos primários, os secundários, os de formação de professor e o ensino técnico. (ANDREOTTI, 2017, p. 1)

Neste acervo foram escolhidas 63 obras escolares para manuseio e análise *in loco* e, a partir de critérios pré-estabelecidos, foram selecionados 61 livros para a digitalização de amostras.

Posteriormente, a partir das primeiras informações da investigação, a pesquisa foi estendida para o acervo de obras raras da Biblioteca Mario de Andrade, município de São Paulo, onde foram selecionadas 28 obras e para o acervo da Biblioteca Pública de Curitiba onde foram escolhidos 6 manuais para compor as 95 amostras coletadas de livros escolares durante a realização do projeto.

A pesquisa de caráter qualitativo elencou três componentes para a análise das obras: *os elementos gráficos*, tais como, o formato do texto e subdivisões, as ilustrações, os quadros e os esquemas, os mapas e as tabelas; *as proposições pedagógicas*, como as solicitações feitas aos alunos, as explicações ao professor, a forma das questões e dos exercícios apresentados; e, *a abordagem histórica* realizada a partir da seleção dos conteúdos, da apresentação das informações históricas e do conceito de história anunciado.

A amostra qualitativa da obra para digitalização foi composta por: a folha de rosto, os elementos pré-textuais, o índice (quando houvesse); e por um texto (com as subdivisões, incluindo as ilustrações, os quadros, os esquemas, os mapas, quando houvesse) que permitisse afirmar que o restante da obra seguia o mesmo modelo do capítulo ou da parte selecionada. Dessa forma, o capítulo tomado como exemplo torna-se significativo para a compreensão do livro.

Para realizar o recorte temático referente a este texto, as perguntas norteadoras foram: no Brasil, como se constituiu o Livro Escolar de História

do Brasil? E por quais modificações este material passou ao longo do século XIX?

Na literatura da área não há um consenso sobre a periodização da história do livro no Brasil. Adotou-se como marco inicial o ano de 1808, e final o de 1908, em virtude de que este período é significativo para a compreensão de como se constitui o Livro Escolar de História do Brasil. O estabelecimento da sede do governo português no Rio de Janeiro em 1808 acarretou transformações na sociedade brasileira, notadamente na produção e circulação de impressos no Brasil. Com a instalação da imprensa na cidade da Corte, e de outras que surgiram em várias localidades posteriormente, aumentou-se a circulação de jornais, de revistas e de livros, além de tornar possível a própria impressão de obras na colônia brasileira, o que antes desta data era proibido. Isso favoreceu a comercialização de livros e impressos. Houve também o estabelecimento de algumas bibliotecas públicas, iniciado pela Biblioteca Nacional com "A longa viagem da biblioteca dos reis" (SCHWARCZ, 2002), na cidade do Rio de Janeiro em 1810; na Bahia em 1811 e em São Paulo em 1825 (DEAECTO, 2011, p. 41). Assim, concorda-se com Beatriz Teixeira Fiquer quando afirma:

É certo que a transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro transformou radicalmente a situação dos habitantes da terra brasílica, com a instalação de uma imprensa oficial no país, incentivo ao comércio, criação de escolas, do Banco do Brasil e de verdadeiras livrarias, evidenciando um momento de significativo desenvolvimento na comercialização de livros (FIQUER, 2019, p. 80).

Neste contexto, o que aconteceu com os livros escolares? Ocorreu também uma maior demanda por obras acadêmicas e escolares em razão da criação oficial do ensino superior, ainda em 1808, com a Academia Real da Marinha, as Faculdades de Cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro por D. João VI, e a instalação de Aulas Régias, de diversas matérias inclusive as de Primeiras Letras.

Quanto à matéria história do Brasil é interessante observar o posicionamento de Flávia Florentino Varella sobre o ano de 1808:

Não resta dúvida de que do ponto de vista da escrita de uma história imbuída de uma filosofia da história, entendida enquanto elemento aglutinador do passado, 1808 é o evento que possibilita o real entendimento e orientação do processo histórico brasileiro. Após a vinda da Corte para o Brasil (VARELLA, 2018, p. 33).

Em 1908, no centenário do estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, o livro escolar de História do Brasil era um material escolar produzido no país, impresso em gráficas no Brasil, por autores brasileiros, com alguns conteúdos já canonizados, que iriam permanecer ao longo das próximas décadas. Entretanto, a demanda por este tipo de livro ficou comprometida nos primeiros anos do século XX em virtude de uma reforma no Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II) que suprimiu a disciplina História do Brasil, integrando o conteúdo desta matéria ao programa da História Universal. Tendo em vista que este colégio funcionava como uma espécie de guia para as demais escolas secundárias do país, suprimia-se também o sentido de se produzir manuais escolares para a História do Brasil já que esta deixava de ser ministrada, como disciplina autônoma, no ensino escolar.

Assim, no presente artigo, a partir do recorte temático sobre o livro escolar de História do Brasil, de 1808 a 1908, apresentam-se os resultados alcançados, com destaques para livros que introduziram modificações não observadas até o momento de sua publicação em outros livros. Mudanças que podem ser indícios de um novo conteúdo histórico ou da introdução de inovações no formato do ensino- aprendizagem, ou ainda de configurações diferentes do projeto gráfico-editorial, imbricadas no processo de constituição do livro escolar.

Observa-se que não se teve como objetivo destacar autores ou livros famosos, ou os mais conhecidos ou os mais adotados, mas manuais que, ao introduzir modificações gráficas, pedagógicas ou históricas, aportaram na

constituição do Livro Escolar de História do Brasil. Assim, neste texto se destacam obras nas quais se identificou mudança na forma de se fazer esse material escolar, ao longo do século XIX.

### **1. Livros Escolares no Brasil**

A escola já existia na América portuguesa quando ocorre a independência do Brasil. Por isso, livros escolares foram adotados e importados para os estudos muito antes do país se tornar uma nação livre. Naquela época, esse material era denominado, em geral, de compêndio ou compilação. Era comum chamar-se também, os livros para os anos iniciais, de cartinha, depois cartilha, gramática e livro de leitura. A nomenclatura tornou-se variada com o passar dos anos, podendo-se encontrar diversos nomes para esse tipo de livro, como manual escolar, manual didático, livro-texto, livro didático e obra didática<sup>4</sup>.

Na ocupação portuguesa do território no continente americano as tarefas de ensinar e a de catequizar ficaram ao encargo de algumas ordens religiosas, especialmente a dos Jesuítas que ao serem expulsos 210 anos depois de sua chegada tinham 36 missões, 25 residências e 17 colégios na colônia brasileira. Outras experiências escolares também existiram sob a coroa portuguesa, fora do âmbito da Igreja, como a de formação profissional e de mão-de-obra do exército e da marinha, de preceptores, de professores ambulantes, de professores particulares, de colégios abertos por particulares e, com as reformas pombalinas, as das aulas régias.

Com a interdição da imprensa até a instalação da corte portuguesa no Brasil, os livros eram raros e caros, precisavam ser importados e estavam sob a fiscalização do governo português. Além das cartinhas de aprender a ler e escrever para os iniciantes, os livros escolares eram mais escassos ainda e destinados aos anos mais adiantados dos estudos. Vinham da Europa traduções de textos adotados em escolas francesas e inglesas, compilações de autores estrangeiros, resumos de manuais adotados em outros países, catecismos, e, qualquer impresso poderia servir para o treino

---

<sup>4</sup> Neste texto empregam-se esses termos como sinônimos no intuito de se evitar repetições.

de leitura em sala de aula. Os jesuítas constituíram bibliotecas em seus colégios usando para o ensino leituras orientadas e selecionadas de acordo com a *Ratio Studiorum*. As reformas de Pombal proibiram o uso desses livros determinando a adoção de novos livros para as escolas em todo território português como, por exemplo, a *Gramatica Latina* de Antonio Felix Mendes.

Nesse contexto, se destaca a interferência do Estado no controle do ensino e da estreita relação do livro escolar à organização da educação por meio dos planos de estudo, programas escolares ou currículos estabelecidos a partir da legislação escolar. Os autores e editores ao confeccionar uma obra que é destinada aos estudantes, um público específico, necessitam adaptar-se aos conteúdos programados para as salas de aulas.

Inicialmente, na colônia brasileira, os assuntos das matérias escolares podiam ser copiados, resumidos ou adaptados de textos de outros países, como por exemplo, livros de Aritmética, Gramática, História Geral ou Universal, entre outros. É o caso do livro *Resumo da História Universal para uso da aula de História e Geografia*, de H.L. Poelitz que foi adaptado por Julio Frank, publicado em 1839, demonstrando o costume corrente, que perdurou até meados do século XIX no Brasil, de se elaborar manuais a partir de outras obras, a maioria da Europa.

Os autores poderiam elaborar novos livros didáticos inspirando-se em programas de outras nações, e até mesmo criar um manual com conteúdo completamente novo, como foi o caso, em 1595, da Gramática da Língua Geral (Tupi-Guarani) de José de Anchieta. Porém, o que aconteceu quando o Brasil se constituiu em um Estado autônomo? Que conteúdos de História do Brasil eram ensinados? Houve transformações nos livros escolares das escolas brasileiras?

A historiografia<sup>5</sup> consagra como a primeira obra de História do Brasil a de Robert Southey, com o título *History of Brazil*, impressa em três

---

<sup>5</sup> Para aprofundar estudos sobre a historiografia brasileira apresentam-se, como sugestão as obras de Francisco Iglésias (2000); Marcos César de Freitas (2003); José Carlos Reis (2007); José Honório Rodrigues (2008); Manuel Luiz Salgado Guimarães (2011); Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues (2018), entre outras.

volumes entre 1810 e 1819. Em seguida, aparece um volume publicado em Paris em 1815, por A. de Beauchamp, intitulado *Histoire du Brésil*. Dessa forma, os considerados primeiros livros de História do Brasil foram escritos por europeus.

O primeiro livro impresso no Brasil desta matéria foi o de Manuel Aires de Casal denominado *Corografia Brasílica* em 1817<sup>6</sup>. Há notícias fornecidas por Márcia Abreu (2007, p. 132) de outra obra publicada no Rio de Janeiro entre 1820 e 1822, de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo denominada *Memorias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas á jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*, que, com nove volumes, não estava destinada às escolas.

No ano da independência do Brasil, um autor francês Ferdinand Denis publicava em Paris *Lé Brésil, ou Histoire, moeurs, usages et costumes des habitants de ce Royaume*. E, Ferdinand Denis foi talvez o primeiro autor de livro escolar sobre a História do Brasil ao elaborar o *Résumé de l'Histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane*, impresso em Paris no ano de 1825.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que no conjunto dos manuais escolares o livro de História do Brasil é *suis generis*, já que não só esta disciplina estava se constituindo como a própria escrita da História do Brasil estava sendo feita. Até a Independência, o conhecimento histórico sobre o Brasil pertencia ao âmbito da História de Portugal. Assim, compreende-se a publicação de José Saturnino da Costa Pereira, pela Impressão Régia, no Rio de Janeiro em 1818, com nove edições até 1824, do livro "Leituras para meninos, contendo historias moraes relativas aos defeitos ordinários às idades tenras, e hum dialogo sobre Geographia, chronologia, historia de Portugal e historia natural<sup>7</sup>". Este livro é considerado a primeira obra

---

<sup>6</sup> Francisco Iglesias discute a propósito de outros autores que escreveram sobre o Brasil antes do século XIX, sem, entretanto, ter-se notícia de que tenham sido adotados nas escolas. Para o início do século XIX, aponta para duas outras obras: em 1809 a *History of Brazil* de Andrew Grant, e outra de James Henderson em 1821 (IGLESIAS, 2000, p. 48) que são aqui citadas porque foram nomeadas em manuais escolares elaborados posteriormente.

<sup>7</sup> Para este artigo manteve-se a grafia original.



destinada às crianças publicada no Brasil (PFROMM NETO; ROSAMILHA; DIB, 1974, p. 170; ABREU, 2007, p. 133; NEVES, 2014, p. 180).

Até então, os conteúdos de História do Brasil eram tratados na História de Portugal, como por exemplo, o descobrimento e os fatos relativos à administração da colônia brasileira. Para o ensino, trechos com esses assuntos eram inseridos em livros escolares que apresentavam diversas matérias. Outras vezes, notícias históricas do Brasil acompanhavam manuais de Geografia, ou compêndios de *Chorographia do Brasil*, termo utilizado no país até inícios do século XX, como atesta aquele publicado em 1ª edição de 1916, por Mario da Veiga Cabral, com a 16ª em 1930<sup>8</sup> (CABRAL, 1930).

## 2. Os Livros Escolares de História do Brasil – 1808-1848

No mesmo ano em que a Assembleia Nacional estabelecia a primeira lei brasileira (15 de outubro de 1827) para a escola de *primeiras letras* determinando a leitura da Constituição (de 1824) e a História do Brasil (art. 6º), era publicado o *Compendio científico para a mocidade brasileira* de José Paulo de Figueroa Nabuco de Araújo, explicitamente “destinado ao uso das escolas dos dous sexos”. No prólogo, o autor dirige-se aos professores advertindo-os de que tenham “sempre em vista” a legislação existente (que apresenta em seguida), colocando a importância da educação pública para a nação.

O texto é apresentado na forma de catecismo<sup>9</sup>: uma pergunta sobre um assunto já respondida logo abaixo, passando-se a outra questão sucessivamente. As questões apresentam-se sem numeração, porém os conteúdos diversos são separados por subtítulos que começam com a palavra “Sobre”, assim, por exemplo: *Sobre as Linguas; Sobre a*

---

<sup>8</sup> Livro de meu acervo pessoal.

<sup>9</sup> “Organizado em formato de perguntas e respostas, uma novidade no século XVI, visava transmitir a mensagem, ensinando mediante o diálogo os valores e as normas da Igreja. A doutrina deveria ser aprendida de cor e em pormenores, contribuindo para a formação de um conjunto de valores e *habitus* próprios de um cristão” (grifos no original, ORLANDO, 2013, p. 67). Este método foi sendo incorporado aos manuais escolares, além do próprio catecismo quando adotado nas escolas.

*Grammatica*; entre outros, compondo 37 divisões. E apesar da explicação no prólogo de que a educação “he capaz de crear nas almas tenras o Amor da Patria e do Soberano, á todas as virtudes cívicas, segurando-se por ellas mais, e mais o Throno e o Imperio” (ARAÚJO, 1827, p. V), não há nenhuma parte com a história da Pátria ou do Brasil.

A importância desse compêndio foi a de que estava “ornado de nove estampas<sup>10</sup> accomodadas às artes, e sciencias de que nelle se trata, tiradas por litografia”, sendo considerado o primeiro livro publicado no Brasil com gravuras impressas em litografia<sup>11</sup> o que era novidade na época. Foram intercaladas ao texto nove folhas dobráveis com estampas em preto e branco, sendo a primeira destas folhas a correspondente à lição de como desenhar o rosto humano (ARAÚJO, 1827, p. 46). Registra-se com essa obra uma modificação importante não apenas quanto à impressão, com a introdução de ilustrações intercaladas no texto, como igualmente o uso de desenho para uma ação de aprendizagem.

Outra novidade desse período foi o livro *Elementos de Geographia Astronomica, política e physica* publicado em 1830 por Manoel Idelfonso Souza com a introdução de um mapa pela primeira vez (SILVA, 2012, p. 139), significando outra linguagem imagética no ensino. Neste mesmo ano surgia o que parece ser o primeiro livro escolar impresso em território brasileiro com o título da disciplina História do Brasil, porém feito por um autor francês. A Typographia de Gueffier, no Rio de Janeiro, publicava “Resumo da História do Brasil até 1828” traduzido da obra de Ferdinand Denis por Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde com 260 páginas. Na folha de rosto consta que foi corrigido e na advertência o autor explicava:

O original d’esta obra hé por vezes inexacto; nos trabalhamos para que a tradução o não fosse. Todas as passagens que aqui se acharem nas primeiras épocas,

---

<sup>10</sup> Estampa: “imagem, figura impressa em papel, pergaminho, seda, coiro, etc. por meio de chapa gravada (de metal, madeira etc.); pedra lithographica ou outra matéria em que o desenho foi previamente traçado” (AULETE, 1881, p. 699).

<sup>11</sup> Primeiro livro publicado no Brasil com gravuras impressas em litografia, por Johan Jacob Steinmann. Informação fornecida por Rizio Bruno Sant’Ana, bibliotecário da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade, da Prefeitura de São Paulo.

estranhas ao Resumo francês, estão em D. de Goez, Rocha Pita, Madre de Deos, Ayres de Casal, Lery ou Southey. Quanto á parte contemporânea que nos diz respeito, limitamo-nos á pura e ingênua exposição dos fatos, por assim o exigir o plano d'este Epitome<sup>12</sup> (BELLEGARDE, 1831, p. 1).

O texto é apresentado repartido em seis partes denominadas de épocas, com um título para cada uma no qual aparece o assunto tratado. A *Primeira Época*, por exemplo, é nomeada "O Brasil antes da Conquista". As demais épocas foram intituladas como "O Brasil conquistado pelos portugueses"; "O Brasil no domínio Hespanhol"; "O Brasil livre do jugo da Hespanha"; "O Brasil como sede da monarchia portugueza"; e "O Brasil Império constitucional independente". Há subtítulos não numerados em cada parte, e nas margens dos parágrafos, tanto à direita como à esquerda, foram colocadas as datas dos acontecimentos referidos no texto. Tem uma ilustração (desenho em preto e branco) na folha de rosto, mas é a única na obra. Percebe-se nesta obra conteúdos que são reconhecidos em livros didáticos de História do Brasil atuais, evidenciando primeiros passos na organização de manuais desta matéria e da formação desta disciplina.

Bellegarde (1831) concluiu o texto com uma nota final na qual se vislumbra a concepção de história por ele adotada: "Nem em huma só palavra do nosso autógrafo tocamos, depois do memorável dia 7 de abril de 1831; julgamos ter escripto a VERDADE; e a verdade hé huma, e eternamente immutavel" (BELLEGARDE, 1831, p. 254, grifo do autor). Assim, a história como verdade única dos fatos narrados 'tal como aconteceram' traça os feitos da monarquia portuguesa na conquista e administração das terras brasileiras, porém, colocando em principal plano o Brasil. É como se, nesta obra, a história do Brasil se descolasse da história de Portugal, ou da história Universal quando aparecia no período das "grandes navegações", constituindo-se em uma história própria. Dessa forma, para os alunos que estudariam com este livro, o Brasil já existia

---

<sup>12</sup> Epitome – outra palavra muito utilizada no século XIX, no Brasil, para livro escolar, notadamente o de História. Conceito: "compendio, resumo de um livro de sciencia ou história em que se incluem as partes mais importantes e substanciaes" (AULETE, 1881, p. 644).

antes da conquista portuguesa, havia passado pelo domínio dos espanhóis, retornando para Portugal, e há poucos anos tornara-se um país independente.

A partir de 1837, duas instituições fundadas no Brasil iriam trazer modificações tanto para a escrita da História do Brasil quanto para a elaboração de compêndios escolares. Foram o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas palavras de Beatriz dos Santos “Faziam parte das duas instituições – o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – os intelectuais encarregados de escrever e ensinar a História no Brasil, em uma articulação singular entre a História acadêmica e a História escolar” (SANTOS, 2015, p. 68). Realmente, vários autores de livros escolares no Brasil pertenceram aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fizeram parte do corpo docente do Colégio Pedro II.

De acordo com a autora acima citada, “os intelectuais historiadores utilizaram-se da concepção de história que se constituía na Europa naquele momento” (SANTOS, 2015, p. 61). No Colégio Pedro II os primeiros livros didáticos adotados para o conteúdo histórico foram os “de História Antiga e História Romana traduzidos por Justiniano José da Rocha, o primeiro catedrático de História do Colégio Pedro II” (SANTOS, 2015, p. 68).

Em 1843 foi publicado o *Compendio de História do Brasil*, em dois volumes (Tomo I, 306 páginas; Tomo II, 200 páginas) de José Inácio Abreu Lima que foi recomendado nos programas do Colégio Pedro II, em 1856, 1858 e 1862 (ALVES; CENTENO, 2009, p. 473). O texto era corrido, dividido por capítulos numerados, com subtítulo em que se assinala o período por datas e contemplando subdivisões numeradas por algarismos romanos. O conteúdo começa com o Descobrimento do Brasil, terminando o primeiro tomo com a Revolução de Portugal em 1820 e D. Pedro I como regente do Brasil. O segundo tomo inicia em 1821, com os primeiros anos do Príncipe Regente, e finaliza em 1841, com a sagração de D. Pedro II. Antes da folha de rosto do primeiro volume há a imagem de D. Pedro I e, no segundo, a de D. Pedro II. Não apresenta exercícios, e há um índice cronológico ao final. O

primeiro volume apresenta mais três imagens, a de Cristóvão Colombo (LIMA, 1843, p. xvii), a de Felipe Camarão, (LIMA, 1843, p. 140) e a de Henrique Dias (LIMA, 1843, p. 184); e o segundo, mais uma, a de José Bonifácio (LIMA, 1843, p. 28). Neste último apresenta-se também a lista de documentos referendados no texto.

A obra tem a característica de ser um livro escolar não apenas por ter sido adotado no Colégio Pedro II como por explicar no prefácio que foi escrito com o intuito de ser “um Compendio da História do Brasil para uso da mocidade brasileira” (LIMA, 1843, p. viii). O próprio autor explicita, capítulo a capítulo, por quais autores compôs o seu livro, esclarecendo ao leitor: “portanto a minha obra não é uma composição original, mas uma compilação de vários autores, que julguei mais habilitados [...]” (LIMA, 1843, p. viii). Em detalhes esclarece:

Eis-ahi pois as obras de que me servi: a muito famigerada *Corographia Brasílica* do padre Ayres de Casal; *História do Brasil* de Robert Southey, recopilação por Beauchamp; *Resumo da Historia do Brasil* por Bellegarde, recopilação do - *Brésil* - por Fernando Denis; *Historia do Brasil*, &c., por Armitage (LIMA, 1843, p. viii-xix, grifo do autor).

Com isso, José Inácio Abreu Lima (1843) desnudava a forma de se elaborar manuais escolares na primeira metade do século XIX, assinalando também que era de conhecimento do público na época o fato de os livros de Beauchamp e de Bellegarde serem resumos de outras obras. Mas, ressalta para os leitores que “o 8º e último capítulo é todo de redação própria, porque nada havia sido escripto d’esta época” (LIMA, 1843, p. x), indicando, assim, como a disciplina História do Brasil estava se constituindo no confluir da própria escrita dessa história.

O autor citado anuncia a concepção histórica que orientou a elaboração do manual publicado em 1843, ao posicionar-se “[...] pondo todo o meu esmero em reunir de todos elles o maior número de factos, que me foi possível, organizando-os depois em serie por meio de uma muita exacta deducção chronologica” (LIMA, 1843, p. viii). Portanto, os fatos da

História do Brasil e vultos, alguns com imagens, (talvez fosse essa a atração do seu livro), passaram a participar dos bancos escolares desde então, mesmo que alguns fossem concomitantes ao registro de suas façanhas pelos historiadores. Sendo assim, o autor tornava-se testemunha da História, em seu último capítulo.

Em 1848, foi editado o *Resumo da História do Brasil* pelo professor público Salvador Henrique D'Albuquerque "natural da província da Parahiba, sócio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; autor de diversas obras para o uso das aulas de instrucção primaria", como ele se apresentava na capa do manual, onde afirmava, após uma lista de várias obras, que

De todas as obras aqui mencionadas, e de outras que entre mãos tivemos, servimo-nos com proveito; porem devemos confessar que tomamos por teor o – Compendio do Sr. General Abreu e Lima, não só na divisão das epochas, como na dos parágrafos, que subdividimos para proporciona-los ao volume da nossa obra e para tornar a sua leitura talvez mais agradável" (D'ALBUQUERQUE, 1848, p. lxx).

Assim, fica evidente que o manual de Abreu e Lima serviu de modelo na composição de outras obras escolares, tanto por seu conteúdo como pela forma em dividir a matéria em épocas e em parágrafos.

O compendio de Abreu de Lima continuou a ser adotado nos programas do Colégio Pedro II até no ano de 1862, o que significava ser difundido por todo o país visto que esse colégio era o modelo para os demais do mesmo nível. Foi reeditado em um único volume, em 1852, pela Typographia Universal Laemmert, no Rio de Janeiro.

Pode-se afirmar que até meados do século XIX os manuais escolares, incluindo os de História do Brasil, sofreram modificações no projeto gráfico com a inclusão de ilustrações e mapas que revelam também novos recursos pedagógicos para o ensino escolar. Considera-se, igualmente, que os livros didáticos de História do Brasil começaram a apresentar os primeiros conteúdos sistematizados nesta disciplina, inicialmente por autores estrangeiros, mas já com a presença de autores brasileiros.

### 3. Os Livros Escolares de História do Brasil –1849-1908

Na segunda metade do século XIX algumas medidas governamentais iriam incentivar a produção de livros escolares no país, como a Reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte pelo Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia:

São garantidos premios aos professores ou a quaesquer pessoas que compuzerem compendios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em Iingua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do Art. 3º § 4º combinadas com as do Art. 4º. (FERRAZ, 1854).

Este decreto assinado pelo Ministro Couto Ferraz serviu como inspirador para as províncias do Império realizarem igualmente reformas que seguissem os mesmos princípios estabelecidos pela do Município Neutro. Além do artigo citado, é importante destacar que o Decreto nº 1.331-A reorganizou o Colégio Pedro II, determinando que houvesse duas cadeiras “de história e geographia, ensinando o professor de huma a parte antiga e media das referidas materias, e o da outra a parte moderna, com especialidade a história e geographia nacional” (Art. 79) (FERRAZ, 1854). Por fim, esta legislação tornava estes conteúdos obrigatórios nos exames para a entrada no ensino superior, incentivando, portanto, a elaboração de manuais para esses estudos.

No ano da reforma da instrução no Município Neutro feita pelo Ministro Couto Ferraz aparecia o *Epítome da Historia do Brasil*, de José Pedro Xavier Pinheiro que “foi dado à estampa<sup>13</sup> pela primeira vez em 1854” (PINHEIRO, Jose, 1860, p. 23). Em sua segunda edição, em 1860, completava o título com “desde o seu descobrimento até 1857”, subtítulo que também compunha a terceira edição em 1864. Ambas publicadas pela Typographia Universal de Laemmert, no Rio de Janeiro.

---

<sup>13</sup> “Dar á estampa: imprimir, publicar” (AULETE, 1881, p. 699).

Na segunda edição, o autor explicava ao leitor como elaborou o compendio:

Attendemos cuidadosamente aos escriptos de Gabriel Soares de Souza, do P. Simão de Vasconcellos, do P. Raphael de Jesus, de Sebastião da Rocha Pitta, do P. Ayres do Casal, de Frei Gaspar da Madre de Deos, de Berredo, de Brito, do Visconde de S. Leopoldo, do Sr. Balthazar da Silva Lisboa, de monsenhor Pizarro, do Sr. Varnhagen, do Sr. Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, do Sr. Abreu e Lima, de John Armitage, e finalmente á monumental *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brasil*" (PINHEIRO, Jose, 1860, p. 23).

A extensa lista de autores reproduzida aqui denota a existência de uma maior diversidade de escritos sobre História do Brasil, de conhecimento público, na segunda metade do século XIX. José Pedro Xavier Pinheiro afirmava que não só havia acrescentado "acontecimentos mais notáveis" do Império depois de 1841, cuja data foi o limite da primeira edição, como também havia aumentado e corrigidos muitos outros pontos na segunda edição. Destacam-se aqui como conteúdos históricos foram acrescentados à segunda edição da obra em decorrência dos anos que se passaram após a primeira edição, demonstrando uma forma do livro de história incorporar por acréscimo novos assuntos ao programa da disciplina História.

De acordo com o autor, foi um opúsculo<sup>14</sup> elaborado como "uma prova do apreço que damos ao desenvolvimento da instrucção primaria" (PINHEIRO, Jose, 1860, p. 21), sendo que na terceira edição aparecia na capa "adoptado para uso das aulas publicas de ensino primário". O texto estava repartido em capítulos numerados em algarismos romanos, com subtítulos datados por períodos, por exemplo: Capítulo I, 1500 a 1578. Os capítulos por sua vez, eram divididos por seções com subtítulos por assunto: Secção I, *Descobrimto do Brasil*. Em seguida, vinha um breve sumário do que seria tratado na seção, repetidos ponto a ponto no texto, em negrito. Abaixo de cada ponto, o texto sobre o assunto.

---

<sup>14</sup> Opúsculo – "pequena obra ou pequeno livro sobre sciencia, artes, literatura etc." (AULETE, 1881, p. 1.263).



Por fim, o mais interessante, o motivo de destaque desta obra, foi o fato de cada trecho vir acompanhado de duas a três perguntas sem as respostas prontas (tipo questionário). Agora, cabia ao aluno procurar e responder às questões propostas no livro. Apesar do conteúdo de História do Brasil continuar na sequência dos fatos notáveis do Império, a estrutura de repartir os conteúdos em pequenos trechos e de fazer questões para o aluno retornar ao texto representava uma nova forma de manual escolar, para essa disciplina. Isto significa uma nova abordagem sob o ponto de vista do processo ensino-aprendizagem, mais centrada na leitura/ interpretação do que na oralidade/ memória.

O formato catecismo (pergunta – resposta) permitia a leitura oral pelo professor das perguntas com as respostas, com a turma repetindo para decorar, sem necessariamente estar acompanhando pelo livro. O aluno permanecia na oralidade e a habilidade mais requisitada na aprendizagem era a memória. Já no formato de perguntas com as respostas no texto (questionário), mesmo o aluno sendo solicitado a decorar as respostas, ele antes precisa ler o texto para procurar e encontrar a resposta da pergunta feita. Desta forma, passa-se a exigir do aluno outras habilidades como a da leitura e interpretação, além de possivelmente o uso individual do manual.

Mas o livro escolar de maior sucesso na época e que também trouxe algumas inovações para o ensino de História do Brasil foi o de Joaquim Manoel de Macedo com o título de *Lições de História do Brasil*, completado por “para uso dos alunos do Imperial Collegio de Pedro Segundo” por um professor de “Chorographia e História do Brazil no mesmo collegio”, publicado em sua primeira edição em 1861, pela Typographia Imparcial, no Rio de Janeiro (MACEDO, 1861).

Sucedeu o de Abreu e Lima no Colégio Pedro II, em 1862, e novamente recomendado nesta instituição em 1877 (ALVES; CENTENO, 2009, p. 473). Manual revisto, atualizado e editado várias vezes, foi também adotado nas escolas de ensino primário pelo Conselho Superior de Instrução Pública, fato que constava na capa da edição de 1905, desta vez editado pela Livraria Garnier, contendo 63 lições em 529 páginas.

Uma das inovações que parece ter agradado ao público, já aparece no título da obra, *Lições de História do Brazil*, com a matéria repartida em lições. As demais novidades foram anunciadas pelo próprio autor na *prefação* da primeira edição, reproduzida na edição de 1905:

Uma obra escripta para servir ao estudo de meninos não deve ser longa, e o nosso compendio á primeira vista desagradará pela sua aparente extensão; afigura-se-nos porém que um rápido exame do livro demonstrará que este só avulta pelas *explicações*, pelos *quadros synopticos* e pelas *perguntas* que seguem ás lições com o fim de facilitar-as, e de graval-as na memoria dos discípulos (MACEDO, 1905, grifo do autor).

O compêndio apresentava a mesma estrutura em todas as lições. Uma lição era composta pelo texto, seguido por explicações que o professor deveria fazer, em seguida por perguntas para a “atenção e a reflexão dos meninos”, e encerrava com o quadro sinóptico que deveria ser reproduzido “no quadro ou no papel” para “gravar na memoria toda a matéria estudada” (MACEDO, 1905).

Joaquim Manoel de Macedo explicava isto em seu prefácio e concluía: “Quer nos parecer que da aplicação d’este methodo se podem colher em pouco tempo importantes resultados” (MACEDO, 1905). Observa-se que o autor dirigia-se aos professores, considerando sua obra como instrumento para auxiliar o docente em sala de aula.

O quadro sinóptico era um resumo das partes mais importantes do capítulo, apresentado na forma de um diagrama ou de uma espécie de esquema. Graficamente era feito em folhas duplas, dobradas e inseridas entre as demais do livro, ao final de cada lição. Ao serem abertas, apresentavam visualmente toda a lição.

Para se ter uma ideia de como eram os conteúdos desse manual, apresenta-se o primeiro parágrafo da primeira lição, denominada Lição I – *Ideas preliminares 1411-1499*:

No século decimo quinto Portugal maravilhou o mundo por admiráveis descobertas e conquistas que seus navegantes compreênderam e levaram a efeito.

D. João I, que fora antes Mestre de Aviz, cingira a coroa portuguesa em 1385, e veio a merecer o título de Grande, pela grandeza dos feitos que no seu reinado realizaram e que em máxima parte foram devidos a um dos seus filhos, o infante D. Henrique (MACEDO, 1905, p. 3).

O texto continuava por quatro páginas, e em seguida vinha outro texto em duas páginas, destinado aos professores, com fonte menor denominado *Explicações*, com muitos detalhes, como por exemplo, o significado de determinadas palavras:

Mestre de Aviz, ou grão mestre de Aviz era o chefe da ordem militar de Aviz; a segunda dinastia dos reis de Portugal chamou-se de *dynastia de Aviz*; porque D. João I foi o chefe d'essa *dynastia* e tinha sido grão-mestre da dita ordem antes de subir ao throno (MACEDO, 1905, p. 6).

Observa-se aqui que o manual foi pensado para o uso dos docentes também, contemplando seções exclusivas para os professores.

Depois aparecia o quadro sinóptico em que se apresentavam os personagens, atributos e acontecimentos, as datas contempladas no texto da lição, e, finalmente as perguntas que na primeira lição eram em torno de 23 questões, sendo as primeiras: "Porque Portugal causou admiração no século decimo quinto? Quem era o Rei de Portugal no principio do século quinto e em que anno começou a reinar?" (MACEDO, 1905, p. 11). As questões se reportavam ao primeiro texto, destinado aos alunos.

Assim, este livro escolar foi organizado com partes definidas para os alunos e partes definidas para os professores. A inclusão dos quadros sinópticos representou outro recurso gráfico e pedagógico introduzido no manual escolar. Porém, mais significativo ainda em relação aos quadros sinópticos era que evidenciavam uma aprendizagem baseada no processo da escrita, a partir do livro didático. Revelam a passagem das marcas da oralidade para o uso da escrita porque um quadro sinóptico, um gráfico ou um esquema necessita ser lido em sua visualização, não pode ser explicado

somente oralmente. O professor precisava mostrar o gráfico, seja no quadro, seja no papel, para poder explica-lo, como o próprio prefácio do livro de Joaquim Manoel de Macedo (1905) recomendava. O processo de aprendizagem agora acontecia intermediado pela escrita, mesmo que fosse para a memorização. O aluno sem entender o gráfico a partir da visualização, não poderia memoriza-lo.

Na esteira deste manual, outros apareceram com a palavra *Lições* no título, entre eles, *Lições de Historia da Pátria*, (preleções de Americo Brasiliense) publicado por José Maria Lisboa (1876); *Lições de Historia do Brasil adaptadas á leitura das escolas* de Antonio Alves Pereira Coruja (1877), cujo texto estava dividido por capítulos denominados de *Lição I*, *Lição II* etc.; *Lições de Historia do Brasil* de P. Raphael M. Galanti (1895), com 38 lições; *Lições de História do Brazil* de Luiz de Queiroz Matoso Maia que, no período de 1882 a 1898, foi "o compêndio de referência para a disciplina História do Brasil nos Programas de Ensino" (MOREIRA, 2010, p. 40).

Para esta última obra consta como primeira edição a de 1880, em que o autor apresentava o livro "como uma fraca, mas sincera prova de respeito e dedicação" ao Imperador D. Pedro II (MAIA, 1880). A terceira edição em 1891, editada no Rio de Janeiro por B. L. Garnier Editor apresentava em seu prólogo o parecer de 1881 do Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco João Barbalho que a recomendava:

[...] pela leitura e confrontação com outros compêndios da mesma matéria, considera a referida obra como o melhor compendio de História do Brazil até hoje publicado, e é de parecer que seja approved para uso dos estabelecimentos de instrucção secundária da Provincia [...] (MAIA, 1891).

A quinta edição foi feita em 1898, publicada pela editora Francisco Alves, e a última edição de *Lições de História do Brazil* de Luiz de Queiroz Matoso Maia saiu em 1908, justamente no ano da comemoração do centenário da Corte no Brasil, quando a cadeira de Chorographia e História do Brasil já havia sido suprimida e incorporada à História Universal no

programa do Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II) pelo Decreto no. 3.914, de 26 de janeiro de 1901. Para Beatriz Santos “Mattoso Maia foi o último catedrático do Império e o único catedrático que não era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (SANTOS, 2009).

Ainda, neste texto, destaca-se um livro didático escrito por Ferreira da Rosa em 1898 que se intitulava *Excursões Escolares ou Narrativas Infantis Histórico-Topographicas da cidade do Rio de Janeiro*. Era “destinado á leitura nas classes adiantadas das Escolas da Republica” como constava na capa.

Para o autor, este manual era o sétimo livro didático que escrevia, entretanto, para a época trazia inovações. O texto-base era narrado por um aluno, recordando aulas de um professor. Isso não era a novidade, pois textos narrados por criança ou em dialogo com elas já tinham sido elaborados.

A título de exemplo, já em 1860, o livro *Episodios da Historia Patria contados á infância* escrito pelo conêgo Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, também professor de “Rhetorica e Poetica do Imperial Collegio de Pedro II” e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro usava o recurso de dialogar com as crianças em vários trechos de sua obra. No capítulo I, denominado *Descobrimiento do Brasil*, iniciava com: “Prestai-me atenção, meus meninos, que quero contar-vos as mais importantes passagens da nossa historia, que muito vos importa conhecer” (PINHEIRO, Joaquim, 1860, p. 1).

Este mesmo autor, anos mais tarde em 1880, assinando como Estácio de Sá e Menezes (MOREIRA, 2010, p. 40) publicava outro compêndio intitulado *Historia do Brasil contada aos meninos* em que na *prefação* criava uma historia de um “velho militar reformado” que ensinava aos filhos a História do Brasil. O texto repartia-se em capítulos denominados de *Leitura I*, *Leitura II* e assim por diante, onde iniciava dirigindo-se aos filhos: “Vou começar hoje, meus queridos filhos, um dos mais interessantes e uteis estudos a que vos podeis entregar, o d’este abençoado paiz onde tivestes a ventura de nascer” (MENEZES, 1880, p. 1).

Após o texto da Leitura vinha uma parte denominada *Dúvidas e Explicações* escrita em forma de diálogo entre o pai e a filha ou o filho:

Sophia. – Antes de tudo, papai, faça-me o favor de dizer o que significa a palavra *Brasil*?

Maurício. – Esta palavra, minha filha, foi dada no principio a certa madeira côr de brasa [...]

Eugenio. – Estou muito curioso por saber d’onde vierão esses Tupys [...] (MENEZES, 1880, p. 5).

Portanto, o manual *Excursões Escolares* de Ferreira da Rosa não inovava neste sentido. De novidade o que havia era a proposta do autor em tratar a matéria a partir de excursões. Logo no início, como se fossem as palavras de um menino a respeito do professor, propõe excursões: “Ele disse-nos que as excursões escolares eram utilíssimas para as crianças, porque satisfazendo á educação física e intelectual, facilitam exercícios, estudos e observações difíceis, senão impossíveis na Escola” (ROSA, 1898, p. 6).

A partir da página 7, o texto ficava dividido por algarismos romanos e o título de um lugar da capital do Império. Em cada uma dessas partes o menino narrava um passeio com as explicações do professor sobre o local visitado, que acabavam incidindo sobre a história da construção do prédio ou de acontecimentos ocorridos onde estavam visitando. Embora as excursões fossem realizadas na cidade do Rio de Janeiro, os conteúdos tangenciavam a História do Brasil, porque, como explicava Ferreira da Rosa:

Effetivamente, há muito que ver n’esta cidade, primeiramente a capital da colônia que o reino de Portugal fundara n’esse vasto continente sul-americano, depois capital do império que se ergueu dando à Brasil individualidade nacional, agora capital de uma Republica gigante, a que pertenceu nada menos de 20 Estados de grande extensão territorial (ROSA, 1898, p. 6).

Assim, a turma ao ‘visitar’ a capital do Brasil, passava a conhecer também muitos acontecimentos da História do Brasil que ocorreram em

lugares do Rio de Janeiro, como por exemplo, a abolição da escravidão e a proclamação da República. Entretanto, a inovação estava não apenas na forma de narrar o texto, mas no fato de o livro tornar-se um guia para excursões históricas escolares. O autor, de forma não declarada, convidava os professores a explorar a cidade trazendo a história para o local, para o próximo da criança, para as coisas a serem vistas, tocadas, apreciadas, observadas pela turma. Percebem-se, nesta obra, traços do que hoje se denomina História Local e Escola Nova<sup>15</sup>, como os estudos históricos realizados a partir de monumentos locais; a abordagem do ensino partindo do concreto para o abstrato, a partir do município, da realidade mais próxima ao aluno, para uma história mais abstrata, a do país; com a observação direta do entorno e da ação/ participação dos alunos na aprendizagem, através de excursões. Novas formas de se ensinar história, de se pensar a educação que estavam surgindo.

### **Considerações Finais**

O manual escolar que correspondia ao resumo de uma matéria transformou-se no decorrer do século XIX em uma obra com um formato diferente dos demais tipos de livros, como os acadêmicos, os literários, os de histórias infantis, os religiosos, os de entretenimento, entre outros, sendo logo identificada como *um livro para ser usado na escola*.

As mudanças gráficas neste material são significativas. Da apresentação de um texto corrido, único, com subdivisões em longas partes ou de um conteúdo apresentado no formato de perguntas-respostas passou-se a elaborar textos organizados em lições, com seções distintas para texto e perguntas, com inclusão de ilustrações permeando o corpo do livro e acréscimo de outros elementos gráficos como quadros, tabelas, esquemas e mapas.

---

<sup>15</sup> Para aprofundamento sobre as novas concepções da educação que estavam sendo formadas a partir do final do século XIX e início do século XX, sugerem-se algumas obras: Introdução ao Estudo da Escola Nova (LOURENÇO FILHO, 2002); Modelos e Métodos em Pedagogia (MORANDI, 2002); Pedagogia (s) da Infância (OLIVEIRA-FORMOSINHO; KISHIMORO; PINAZZA, 2007); A Pedagogia, teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias (GAUTIER; TARDIF, 2010), entre outras.

Essas transformações gráficas denotam modificações na proposição pedagógica, não apenas por introduzirem novos recursos didáticos, mas por possibilitarem o deslocamento do processo de ensino-aprendizagem via oralidade para o de intermediação da escrita. Perguntas e respostas: podem ser ouvidas e decoradas; perguntas e respostas no texto: precisam ser procuradas no texto para serem respondidas; gráficos, esquemas/sinópticos: não funcionam sem a visualização, não podem ser apreendidos somente com a escuta.

Assim, o compêndio antes material de repositório de conteúdos a memorizar, passa à função de auxiliar o desenvolvimento de habilidades e procedimentos como a apreciação de imagens, o entendimento de esquemas e de gráficos, a leitura de diversificados registros como o de mapas, e de exercícios de compreensão e escrita, como os questionários em que as perguntas não apresentam a resposta pronta, mas esta deve ser buscada no texto e copiada.

Outra alteração gráfica, como a utilização de seções diferenciadas na obra, também indica transformações quanto ao componente pedagógico, pois ao possibilitar a definição de espaços no interior do livro direcionados a solicitações diretas ao aluno e espaços dirigidos ao professor, introduz-se no manual a função de auxiliar o docente em sala de aula.

Várias modificações também foram observadas nos conteúdos e na apresentação das informações históricas ao longo desses cem anos estudados. Se nos primeiros anos a matéria História do Brasil foi feita por estrangeiros, copiada e resumida nos livros destinados às escolas, nos últimos anos o livro escolar de história brasileira, feito por autores brasileiros, estava consagrado com um formato reconhecido até os dias de hoje. Os questionários introduzidos na segunda metade do século XIX, e tão detestados pelos estudantes atualmente, foram, de fato, inovações para a época. Igualmente os conteúdos repartidos em lições bem como o uso de imagens, mesmo que sobre os vultos da pátria, representaram novidades e tornaram os manuais mais agradáveis à leitura.



A ideia de se acrescentar mais conteúdo histórico conforme o processo histórico acontece no país, prática ainda corrente atualmente nos livros didáticos de História, já se fazia presente aos autores de manuais do século XIX. Mas também foram incorporadas ideias nas obras escolares consideradas inovadoras no decorrer do século XX, como a proposição de ações como as excursões para aprendizagem da história do Brasil. Perceberam-se modificações lentas ao longo desses cem anos, mas que já demonstravam a introdução de novas formas de se ensinar história, de se pensar a educação e de se elaborar manuais de História do Brasil.

## Referências

ABREU, Márcia. Criação da impressão régia – 13 de maio de 1808. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES, Gilberto Luiz da; CENTENO, Carla Villamaina. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, set./dez. 2009.

ANDREOTTI, Azilde. *Acervo histórico do livro escolar – AHLE*. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com/>. Acesso em: 5 jul. 2018.

ARAUJO, José Paulo de Figueiroa Nabuco. *Compendio scientifico para a mocidade brasileira*: destinado ao uso das escolas dos dous sexos; ornado de nove estampas accomodadas às artes, e sciencias de que nelle se trata, tiradas por lithographia; offerecido à briosas, e heroica nação brasileira por Hum cidadão agradecido. Rio de Janeiro: Na Typ. de P. Plancher-Seignot, 1827.

AULETE, Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Resumo da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de Gueffier e C., 1831.

CABRAL, Mário da Veiga. *Compendio de chorographia do Brasil*. 16. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1930.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Lições de história do Brasil*: adaptadas à leitura das escolas. Rio de Janeiro: Typ. Do Figaro, de Aguiar & Velloso, 1877.

D'ALBUQUERQUE, Salvador Henrique. *Resumo da história do Brasil*. Pernambuco [Recife]: Typ. Imparcial, por S. Caminha, 1848.

DEAECTO, Marisa Midoro. *O Império dos livros e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Editora da USP: Fapesp, 2011.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854*. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99971/1854\\_.Decreto\\_n.1331\\_Reforma\\_Couto\\_Ferraz.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99971/1854_.Decreto_n.1331_Reforma_Couto_Ferraz.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 5 fev. 2019.

FIQUER, Beatriz Teixeira. *Livros e bibliotecas brasileiras: dos padres jesuítas à vinda da família real ao Brasil*. Disponível em <https://coletaneacaele.files.wordpress.com/2012/11/livros-e-bibliotecas-brasileiras-dos-padres-jesuitas-a-vinda-da-familia-real-ao-brasil.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2019.

FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003.

GALANTI, Raphael M. *Lições de história do Brazil*. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1895.

GAUTIER, Clermont; TARDIF, Maurice. *A pedagogia, teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG: IPEA, 2000.

LIMA, José Inácio de Abreu. *Compendio da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843.

LISBOA, José Maria. *Lições da história pátria: (pelo Dr. Americo Brasiliense)*. São Paulo: Typ. Da Provincia, 1876.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 14. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de história do Brasil: para uzo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, de J. M. N. Garcia, 1861.

MACEDO, Joaquim Manuel. *Lições de história do Brasil: para uso das escolas de instrução primaria*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1905. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub000046.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub000046.pdf). Acesso em: 5 out. 2018.

MAIA, Luis de Queiros Mattoso. *Lições de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior Typographo-Editor, 1880.

MAIA, Luis de Queiros Mattoso. *Lições de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier Editor, 1891. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/363671024/Licoes-de-Historia-Do-Brazil-Luis-de-Queiros-Mattoso-Maia>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MENEZES, Estacio de Sá. *História do Brasil, contada aos meninos*. 3. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1880.

MORANDI, Franc. *Modelos e métodos em pedagogia*. Bauru: EDUSC, 2002.

MOREIRA, Kênia Hilda. Autores e editores de livros didáticos do Brasil. *Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 3, n. 6, jul./dez. 2010.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. Ler, contar e escrever: educação e livros no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821). *História: questões & debates*, Curitiba, n. 60, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMORO, Tizuko; PINAZZA, Mônica. (org.). *Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Os manuais de catecismo como fontes para a história da educação. *Roteiro*, Joaçaba, p. 67-88, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6190590.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores clássicos da história do Brasil, dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018. v. 4.

PFROMM NETO, Samuel; ROSAMILHA, Nélon; DIB, Cláudio Zaki. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: PRIMOR/ MEC, 1974.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Episodios da historia Patria: contados á infância*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1860.

PINHEIRO, José Pedro Xavier. *Epítome da história do Brasil desde o seu descobrimento até 1857*: adaptado para uso das aulas públicas de ensino primário. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROSA, Ferreira. *Excursões escolares, ou, narrativas infantis historico-topographicas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria de J. G. de Azevedo & C. Editores, 1898.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos Santos. Currículo da disciplina história no Colégio Pedro II – Império. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 14, n. 1, jan./abr. 2015.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques. Os livros didáticos de história no ensino de história do Colégio Pedro II no Império (1837-1870). In: SEMINÁRIO BRASILEIRO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2., 2009, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: [http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii\\_pdf/Beatriz\\_Boclin\\_M\\_Santos.pdf](http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Beatriz_Boclin_M_Santos.pdf). Acesso em: 5 fev. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Jeane Medeiros. *A bibliografia didática de geografia: história e pensamento geográfico no Brasil (1814-1930)*. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

VARELLA, Flávia Florentino. Primeiros relatos. In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores clássicos da história do Brasil, dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018. v. 4, p. 9-46.

Recebido em 31 de outubro de 2018

Aprovado em 10 de abril de 2019